

**A FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DE GOIÁS PÓS-CRISE DA
MINERAÇÃO COLONIAL¹****THE HISTORICAL-TERRITORIAL FORMATION OF GOIÁS AFTER THE
COLONIAL MINING CRISIS****LA FORMACIÓN HISTÓRICO-TERRITORIAL DE GOIÁS DESPUÉS DE LA
CRISIS MINERA COLONIAL**

Júlio César Pereira Borges

Professor do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás-Unidade de Pires do Rio. Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia- Campus Cora Coralina (PPGEO-UEG)

RESUMO: Apresenta-se nesse artigo uma discussão sobre a formação territorial de Goiás tendo como ênfase o período pós-mineração colonial no Brasil. O objetivo principal é compreender as tramas em que Goiás estava inserido na época evidenciando os elementos econômicos e políticos que na sua singularidade o inseriu no concerto do mundo e condicionou a sua formação territorial a partir de então, final do século XVIII e início do século XIX. Os procedimentos teóricos e metodológicos se deram, a partir, de uma pesquisa bibliográfica e documental, as quais, discorrem sobre a realidade política e econômica do Brasil e de Goiás naquele período. Chegou-se à conclusão que elementos políticos externos advindos da geopolítica capitalista implicaram na formação do território brasileiro e, por conseguinte, no território goiano. Porém, a crise da mineração promoveu um afastamento da coroa portuguesa, e, portanto, uma redução da intervenção do poder central. Essa condição permitiu uma reorganização territorial de Goiás a partir da agropecuária.

Palavras Chave: Mineração Colonial. Crise. Território. Goiás.

ABSTRACT: This article presents a discussion about the territorial formation of Goiás, with emphasis on the post-colonial mining period in Brazil. The main objective is to understand the plots in which Goiás was inserted at the time, highlighting the economic and political elements that in its singularity inserted it in the concert of the world and conditioned its territorial formation from then on, the end of the 18th century and the beginning of the 19th century. The theoretical and methodological procedures were based on a bibliographic and documentary research, which discuss the political and economic reality of Brazil and Goiás in that period. It was concluded that external political elements arising from capitalist geopolitics implied in the formation of the Brazilian territory and, therefore, in the territory of Goiás. However, the mining crisis promoted a departure from the Portuguese crown, and, therefore, a reduction in the intervention of the central power. This condition allowed a territorial reorganization of Goiás based on agriculture.

Keywords: Colonial Mining. Crisis. Territory. Goiás.

RESUMEN: Este artículo presenta una discusión sobre la formación territorial de Goiás, con énfasis en el período minero poscolonial en Brasil. El objetivo principal es

¹ Este artigo é parte revisada e atualizada da tese de doutorado intitulada Fazenda Roça Goiana: matriz espacial do território e do sertanejo goiano, defendida em 2016 pelo PPGEO-IESA-UFG.

comprender las tramas en las que se insertó Goiás en la época, destacando los elementos económicos y políticos que en su singularidad la insertaron en el concierto del mundo y condicionaron su formación territorial a partir de entonces, fines del siglo XVIII. y principios del siglo XIX. Los procedimientos teóricos y metodológicos se basaron en una investigación bibliográfica y documental, que discuten la realidad política y económica de Brasil y Goiás en ese período. Se concluyó que elementos políticos externos provenientes de la geopolítica capitalista implicaron en la formación del territorio brasileño y, por lo tanto, en el territorio de Goiás. Sin embargo, la crisis minera promovió una salida de la corona portuguesa y, por tanto, una reducción de la intervención del poder central. Esta condición permitió una reorganización territorial de Goiás basada en la agricultura.

Palabras clave: Minería Colonial. Crisis. Territorio. Goias.

Introdução

Pensar a formação do território goiano no contexto da crise da mineração colonial, sugere, construir uma análise da conjuntura que o interligou com o Brasil e o mundo daquele período. Parte-se do pressuposto que, embora tenha havido uma redução da intervenção do poder central com a decadência da mineração, o território goiano sofreu impactos da gestão nacional, que por sua vez, era direcionada pelo desenvolvimento capitalista da época.

A ideia de isolamento por muitos autores atribuído a Goiás, pós crise da mineração, não é aqui corroborada. Nessa condição, defende-se nesse estudo que a crise da mineração não significou a decadência de Goiás, mas, sim, uma reorganização territorial a partir da agropecuária. Essa condição determinou a Goiás uma formação territorial de dentro para fora, contrapondo à mineração colonial que o condicionava aos interesses precipuamente exógenos.

O olhar geográfico dessa realidade permite defender que matrizes positivistas, iluministas e historicistas compareceram na elaboração de boa parte dos estudos que a geografia feita em, e sobre Goiás sedimentou ao longo do século XX. No entanto, a partir de meados deste mesmo século, orientações marxistas, econômico-estruturalistas e, recentemente, hermenêuticas e pós-estruturalistas compuseram e compõe a leitura da formação territorial de Goiás.

Está posto a complexidade e a pluralidade teórica e metodológica que perpassa a análise da ciência geográfica que acelerou sua edificação teórico-metodológico e axiológico no ritmo rápido do século XX. Nesse período, enquanto suas bases ainda se mantinham suportadas pelos pressupostos positivistas, vitalistas e historicistas; novos

aportes epistêmicos (neopositivismo, o marxismo e o humanismo fenomenológico) passaram a compor suas análises.

A geográfica se complexificou tornando-se multifacetada. Condição que direciona ao o entendimento de que fazer ciência geográfica no mundo contemporâneo é não fazer vistas grossas ao raio de ação e intercâmbio entre as “geografias possíveis”. Mas, simultaneamente, é também optar por uma geografia. Nessa condição, optou-se pela adoção teórico e metodológica que enfatiza a materialidade histórica. Isto é, conhecer a formação territorial de Goiás no âmbito da crise da mineração colonial, é, interpretar a densidade histórica desse fenômeno na reorientação do território goiano sob os precípuos da agropecuária.

Para realizar o objetivado, esse artigo foi organizado em três partes. A primeira refere-se a análise da crise da mineração como mote da reorganização territorial de Goiás sob a égide da agropecuária. A segunda discorre sobre a espaço urbano e populacional, como força motriz de ocupação do vasto território goiano de então. Por fim, a terceira parte faz uma discussão sobre a negação da realidade, o que condiciona a retórica da decadência, do isolamento e do atraso. Retórica negada por esta pesquisa.

Do apagar do ouro ascende a agropecuária em Goiás

O entendimento sobre a formação territorial de Goiás pós crise da mineração colonial passa inicialmente pela unanimidade dos pesquisadores sobre Goiás. Estes são coincidentes ao afirmarem que mineração-lavoura-pecuária constituíram-se numa complexa e interdependente estrutura socioeconômica em Goiás, no entanto, sob a égide da primeira. Com a crise da mineração, na segunda metade do século XVIII, a agropecuária se torna hegemônica e, portanto, direciona a organização territorial de Goiás a partir de então. Nesse sentido, destaca-se Salles (1992) e Estevam (2004) ao afirmarem que a agropecuária em Goiás teve sua origem no período hegemônico da mineração, a qual tinha papel secundário em relação a ela, funcionando apenas como suporte ao alimentar a mineração com produtos agrícolas e pecuários.

Acompanhando esse raciocínio, é salutar a discussão feita por Funes (1986), considerando que o período pós-mineratório se constituiu em uma etapa de reajustamento socioeconômico. Situação que redundou em transformações na estrutura fundiária, nas relações de produção dada à substituição hegemônica do eixo produtivo dos metais

preciosos pela atividade agropecuária. Segundo o autor, não houve ruptura brusca nesse processo, a substituição foi gradativa, mas a agropecuária foi vista como possibilidade para a superação da crise da mineração.

No dizer de Estevam (2004), em Goiás, ao passo que decaía a mineração, crescia a atividade agropecuária. Em 1754, a produção de ouro chegou a 29,4 toneladas. Em 1774 reduziu para 10 toneladas. Em 1822 chegou a 6,76 toneladas. Por outro lado, em 1756, havia 500 sítios de lavoura. Em 1796 esse número subiu para 1.647. Em 1828 chegou a 2.380. No que se refere à fazenda de gado, no ano de 1796 havia 522 unidades. Em 1828, 702 estabelecimentos.

Esses números remetem ao entendimento de que a agropecuária suportou a economia goiana, pós mineração e aos poucos dinamizou a formação territorial de Goiás. Longe, então, de determinar a decadência de Goiás. Acompanhando o raciocínio de Chaul (2010), simplesmente iniciou-se uma nova dinâmica territorial. Nessa condição, a formação territorial de Goiás pós-mineração continuou a imprimir vida e vigor, abriu novos caminhos, assentou outros lugares, dinamizou regiões antes desinteressadas pela mineração.

O fato é, que, essa nova dinâmica, dada à redução do interesse por parte da coroa portuguesa, determinou a Goiás uma organização de dentro para fora. Realidade que contrapunha ao período da mineração, na qual a administração colonial condicionava a organização espacial aos interesses de Portugal.

Destaca-se que não se ignora a proeminência da atividade mineratória na produção territorial de Goiás. É claro e evidente que a mineração colonial suportou a constituição do que hoje é um Estado da federação, principalmente no que se refere a delimitação territorial de Goiás e a fundação de recursos técnicos e considerável logística urbana e de transporte que sustentou a consolidação desse território. Atrelada a essa condição está o fato que a mineração garantiu a “independência” da *Província de Goiás*, dada a separação da província de São Paulo em 1744, o que garante uma certa autonomia política e jurídica para sua evolução territorial.

Para o clareamento dessa constatação, foram elaborados dois mapas. O primeiro, refere-se aos litígios e delimitações do território goiano no período colonial. O segundo retrata a realidade mencionada sobre à infraestrutura criada no período da mineração colonial. A rede urbana e os caminhos demonstram a mobilidade espacial no período,

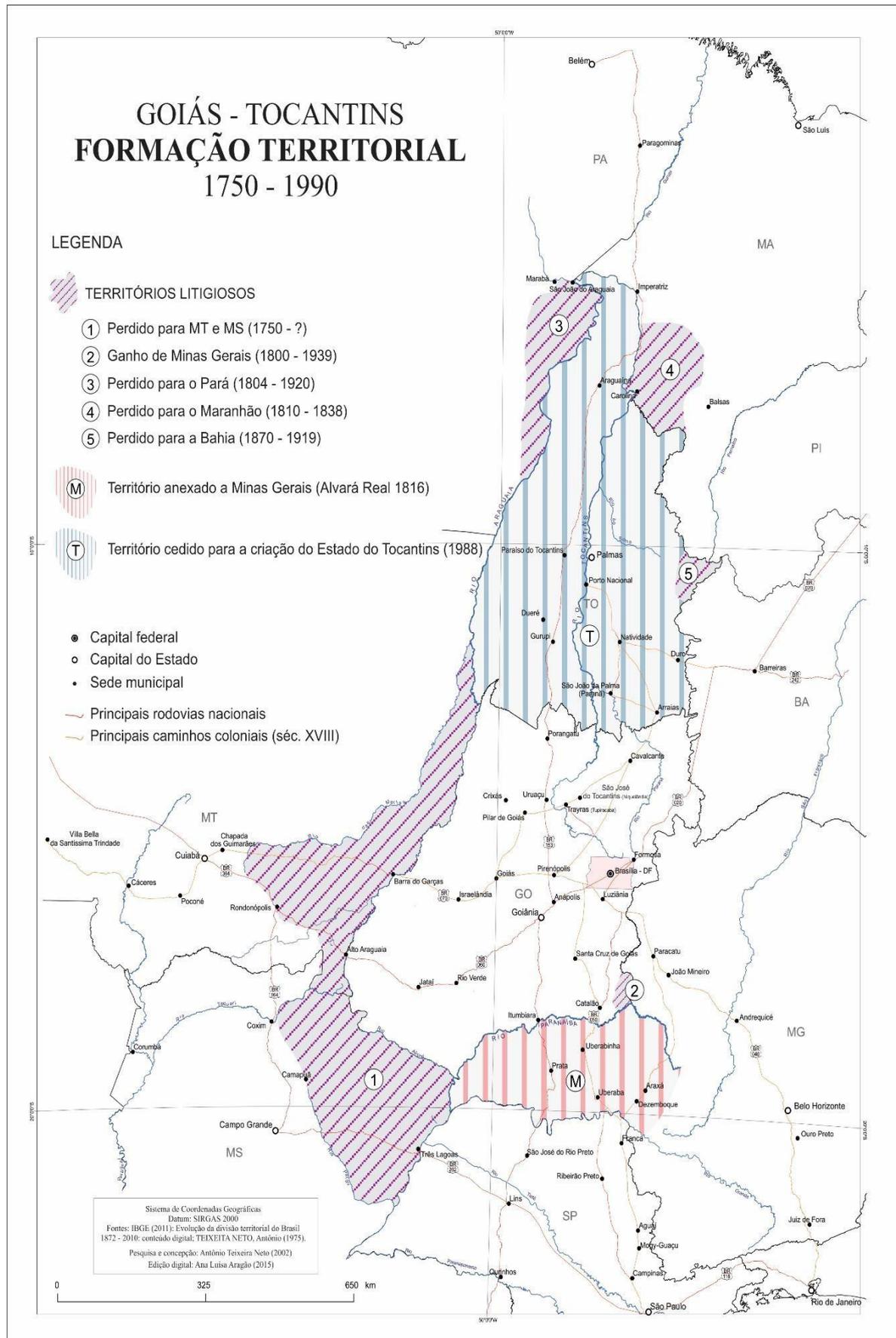
dada a circulação de pessoas e mercadorias que, por sua vez, eram comandadas pela lógica da comercialização do ouro.

Uma rápida análise do mapa 1, possibilita o entendimento de que grande parte da definição dos limites territoriais de Goiás ocorre a partir da crise da mineração colonial. Para Teixeira Neto (2004), esse fato é justificado pela menor importância de Goiás para o poder central (coroa portuguesa), devido à baixa rentabilidade dessa atividade em crise. Nessa direção, estão as seguintes perdas de territórios para os estados vizinhos. Condição dada pela arbitragem sempre desfavorável por parte do poder central. Exemplo significativo foi o Decreto Real de 7 de maio de 1816 que incorporou o Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro a capitania de Minas Gerais.

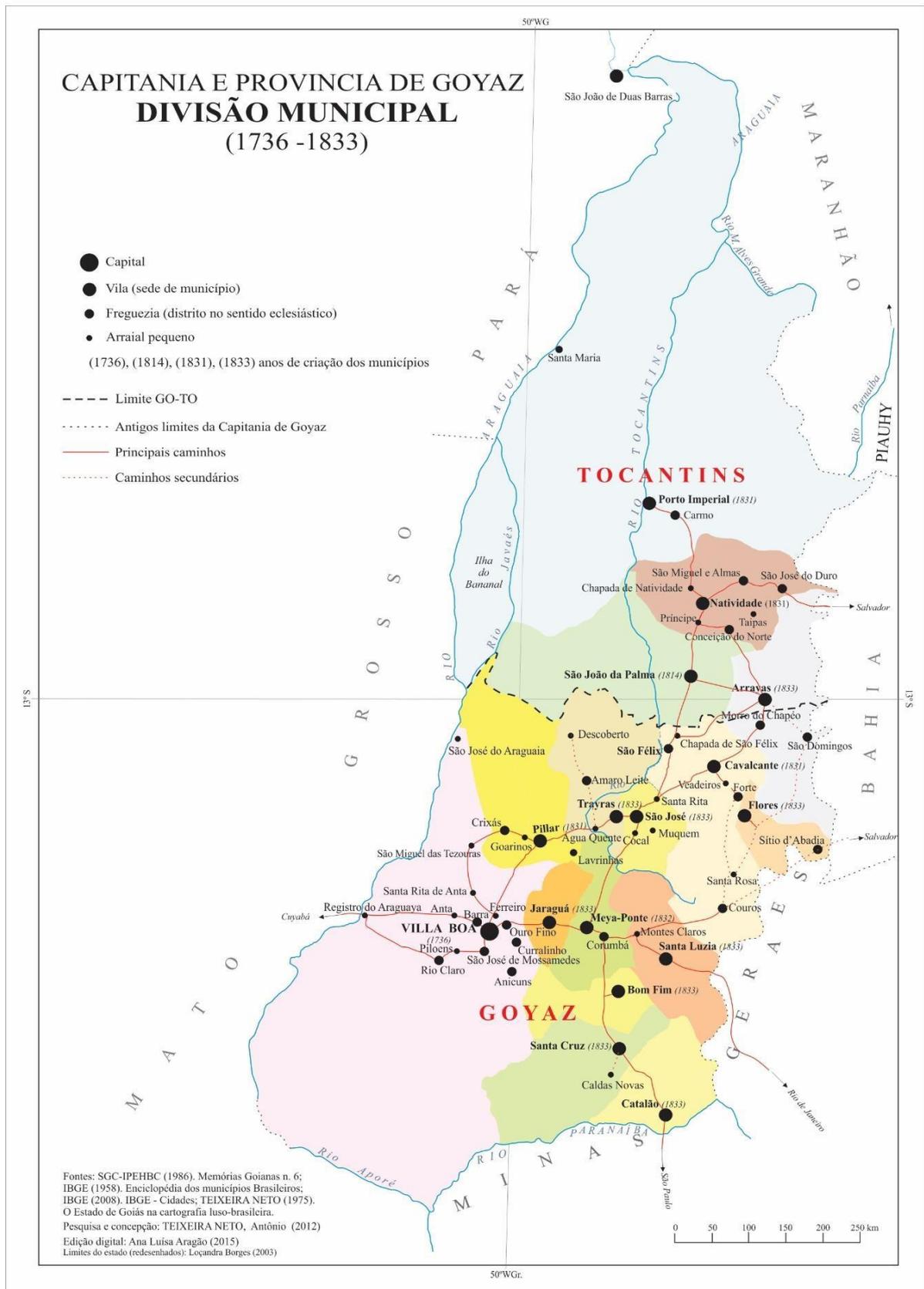
Infelizmente para Goiás as coisas aconteceram de forma diferente, pois o prestígio de nossa capitania junto a El Rei não era bastante para rivalizar com o prestígio de outras capitanias como de Minas Gerais e Mato Grosso. Minas estava bem mais próxima ao poder do que Goiás e contava com o peso político de figuras ilustres, como Dona Beija, junto a corte. Mato Grosso embora mais afastado geograficamente que Minas Gerais do poder real, gozava de privilégios de ser uma capitania fronteiriça dos territórios espanhóis e, por isso, requeria mais cuidados que Goiás. (TEIXEIRA NETO, 2004, p. 52)

Analisando o mapa 1, tende-se a concordar com Teixeira Neto, tendo em vista, a comparação entre o montante de território perdido e território ganho por Goiás, ainda no período colonial. Segundo Teixeira Neto (2004) foram 160 mil quilômetros quadrados perdidos para Mato Grosso e aproximadamente 250 mil quilômetros quadrados perdidos para Minas Gerais. Uma ínfima parte, identificada no mapa pelo número dois (2), foi devolvida a Goiás, mesmo assim, se deu no governo de Eptácio Pessoa em 1920, após 120 anos de contenda com Minas Gerais. Se trata de parte do atual município de Catalão, o qual, faz fronteira com o triângulo mineiro.

Mapa 1



Mapa 2



A análise do mapa 2 remete a já referida dinamização dada ao território goiano pela mineração colonial. Percebe-se que os caminhos formam uma rede que interliga grande parte do território. Tais caminhos, direcionavam os contatos com outras regiões do país. Com o Sudeste brasileiro, centro político e econômico do país, a relação era intensa, dada a comercialização do ouro, precisamente com o Rio de Janeiro, de onde os metais preciosos seguiam para Portugal.

Outros caminhos interligavam Goiás com outras partes do país, embora tênue, havia uma comunicação com Salvador e Mato Grosso. No caso de Salvador há uma importante relação com o Nordeste goiano, via Natividade, São Miguel das Almas e São José do Duro. Essa ligação garantiu as bases do povoamento e formação cultural daquele lugar. Fator primordial, é o fato da interligação desses caminhos com Porto Imperial, atual Porto Nacional no Estado de Tocantins, o que lhe conferiu a centralidade econômica e política do Norte de Goiás. Condição, que embora dividida com outros municípios, ainda lhe é conferida na atualidade. No que se refere a ligação com Mato Grosso, essa era condicionada a produção do ouro no leste do território, a qual era escoada pelos caminhos de Goiás com destino ao Rio de Janeiro. Ao contrário da Bahia, seguindo a lógica colonial de ocupação do território brasileiro (oeste-leste), Goiás foi o caminho para ocupação e formação territorial desse Estado da federação.

Observa-se ainda no mapa 2 que na dinâmica do período mineratório em Goiás havia uma concentração ocupacional na parte central do território, o que se devia à disposição das minas e lavras do ouro. Essa condição, formatou o território com dois vazios de ocupação; o Sudoeste e o Norte. No que se refere ao Sudoeste, Teixeira Neto (2004) atribuiu a esse vazio, dado aos princípios do *Uti possidetis*, a perda de parte desse território goiano para Mato Grosso. No caso da região Norte, tendo como base os princípios do espaço herdado de Santos (1994), o vazio suportou ao longo dos tempos uma diferente dinamização territorial em relação ao Centro-Sul de Goiás. Notadamente pelo avanço capitalista no território goiano.

Fator relevante na formação territorial de Goiás pela mineração colonial e, que, delineou o surgimento de arraiais e vilas, foram os caminhos que interligavam as minas ao Sudeste brasileiro. Na maioria dos casos, como afirma Teixeira Neto (2002), os locais que serviam como pontos de pousos e comércio no percurso dos caminhos deram origem a diversas cidades. É o caso de Catalão e Santa Cruz. Segundo o autor supracitado, tais centros comerciais, dentre outros, compõem dinâmica mineratória em Goiás, pois serviam como suporte a circulação de mercadorias e pessoas ligadas a atividade.

A medida que a colonização portuguesa avançou rumo a região central do Brasil, tornou-se necessário elaborar novas possibilidades de deslocamentos, como a abertura de caminhos reais ... Por essa razão, pode-se afirmar que o processo de formação de Goiás, vincula-se diretamente a esses importantes acessos. Pois, foram eles que permitiram descortinar cada novo ponto da região, e anteceder sua efetiva posse ... Elementos essenciais da estrutura básica do território. Os caminhos viabilizaram o encontro de novos lugares; permitiram a criação de povoadamentos, pousos e fazendas ... e articulavam os diversos núcleos urbanos existentes, organizando-os em termos de espaços sociais, físicos e políticos. (BOAVENTURA, 2007, p. 105).

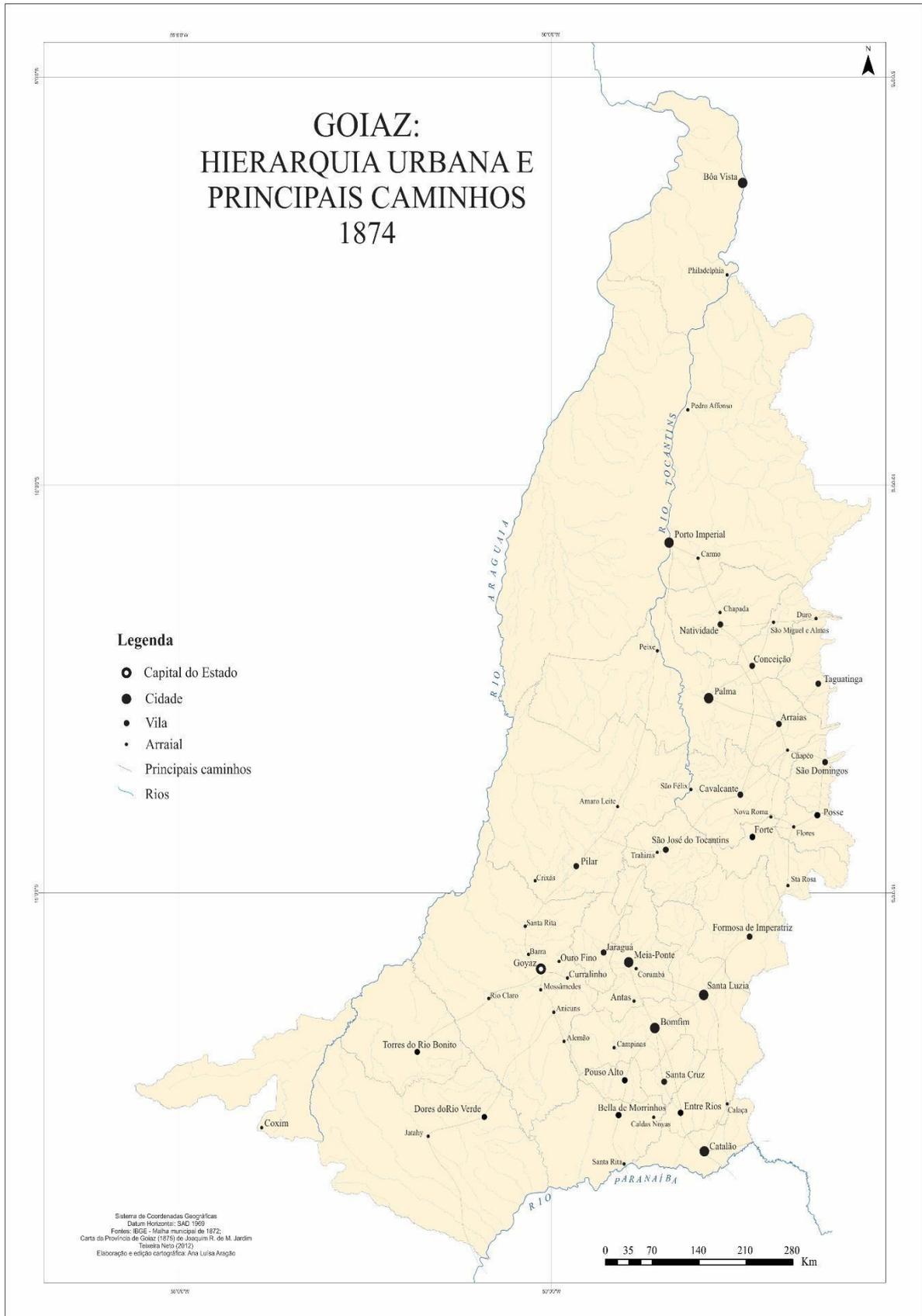
Sobre a importância da mineração colonial para formação territorial de Goiás, Palacin e Moraes (2008, p. 41) afirmam que “Em Goiás em 1800, além de antigos índios, havia mais de 50.000 habitantes, havia cidades construídas, estradas e caminhos, fazendas em produção. O capital que pagou tudo isto foi o ouro, e isto é o que ficou para Goiás dessa época”. Essa afirmação é um registro da importância da atividade mineratória para Goiás. No entanto, concorda-se veementemente com Santos (2014) ao atentar para alijamento da relação de classe por parte dos autores, afirma que “quem pagou tudo isso foi o trabalho escravo do negro e do índio”.

AGROPECUÁRIA: Ocupação e urbanização de Goiás

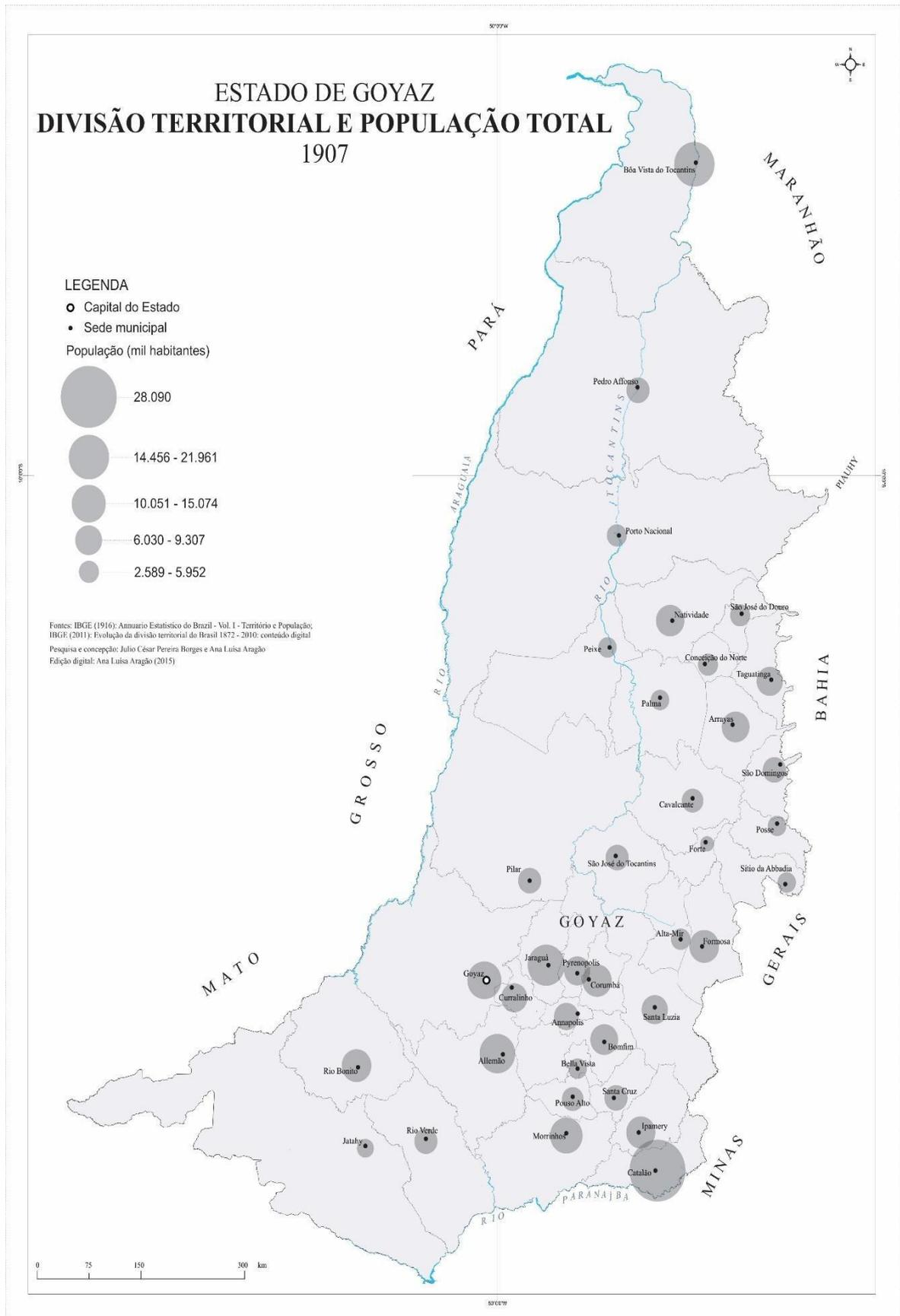
A dispersão urbana no território goiano com o fim do período mineratório foi relevante. Isso pode ser observado no mapa 03 se comparado ao mapa 02. Nessa condição, o incremento urbano das regiões Nordeste – de Formosa a São José do Duro – já era significativo; No Norte – com as cidades de Porto Nacional, Pedro Afonso e Boa Vista do Tocantins – as duas últimas surgiram após o período da mineração e foram dinamizadas pelo comércio fluvial via rio Tocantins; Sudeste, com a dinamização das cidades de Catalão, Ipameri e Morrinhos; Sudoeste – um vazio no período mineratório – surgem as cidades Rio Verde, Jataí e Rio Bonito. As duas últimas foram dinamizadas pela ligação com o Triângulo Mineiro, região dinâmica dada a implementação da ferrovia que acelerou a comunicação e a comercialização com o Sudeste do país. Tais cidades se tornaram importantes centros comerciais, o que as dinamizou economicamente tornando-as atrativo populacional.

No mapa 04 fica evidente que no caminho da dispersão urbana houve a dispersão populacional acarretando uma desconcentração populacional do centro do território. O que significa dizer que a atividade agropecuária, muito mais do que ruralizar a população, dinamizou outras regiões até então quase despovoadas.

Mapa 3



Mapa 4



Duas considerações permitem ser levantadas dessa condição: a primeira referente à simplificação da ideia de que o período mineratório foi mais urbano que o período agropecuarista. A produção mineratória era centrada no setor urbano, porém constituiu-se em uma urbanização centralizada como mostra o mapa 2. No período da hegemonia agropecuária houve descentralização surgindo vários outros centros urbanos que dinamizaram a maior parte do território. A segunda consiste na ideia equivocada de decadência que “caiu por terra” com a dispersão urbana e populacional, aqui entendida como dinamização de Goiás.

Negação do Real: o discurso da decadência, do isolamento e do atraso

A ideia de decadência, atraso e isolamento remonta a uma questionável tríade no debate histórico sobre a formação territorial de Goiás. A primeira, suporta uma discussão referente a condição econômica de Goiás no período imediato pós crise da mineração. A segunda alimentou debates em torno do abandono de Portugal, e, portanto, da ausência interventiva do poder central a partir dessa crise. A terceira, em uma leitura integrada, é suportada pela ideia de decadência e isolamento, pois, o atraso é entendido como resultado da decadência dada pela crise da mineração e do isolamento dado a ausência do poder central e, portanto, de políticas para o desenvolvimento econômico de Goiás.

O fato é que os defensores do isolamento asseguram que Portugal não teve uma política de formação de uma nação para suas colônias, pois a sua intenção extrativista e mercantilista era voltada ao uso superficial do território e à acumulação rápida de capital. Com a decadência da mineração, Goiás já não servia a esse propósito, o estado português passou a se postar de frente ao mar e de costas para o *hinterland*. Como afirma Chaul (2010, p. 61), “Goiás fica à margem das atenções reais”.

Porém, contrariamente a isso entende-se que esse surgimento esteve inserido na política nacional colonialista, enquadrando Goiás à política comercial da Coroa Portuguesa, se não pela acumulação direta da mineração, foi pela via de garantia de posse do território central do Brasil. Nessa situação, sob condições peculiares de servidão, a Coroa preservou o interesse colonial e garantiu a acumulação capitalista no Brasil. O que está em questão, todavia, é o lugar do sertão e de Goiás na divisão regional do trabalho, que mesmo sem interferência direta esteve inserido à lógica da expansão capitalista no país na época descrita.

O alinhamento das forças políticas, que em Goiás se formaram pós crise da mineração, com poder central, garantem a interferência de Portugal na formação territorial de Goiás. Esse alinhamento além de garantir a presença de Portugal, também, garantiu a aproximação das elites locais com o poder central. Para Chaul (2010) se não houvesse esse alinhamento, as elites não se sustentariam no poder. Portanto, não é do isolamento que se fortaleciam os poderosos locais, e sim do pacto desses poderes com os governos centrais. Na verdade “o todo está integrado num projeto político no qual as partes têm poucas diferenças ideológicas”. (CHAUL, 2010, p. 157).

São questionáveis os pressupostos de que o isolamento explica a decadência e atraso de Goiás. Isso equivale a não considerar a força do capital na organização territorial brasileira. Seguir essa prerrogativa implica considerar que Goiás, no período em tela, esteve fora das pretensões capitalistas e não incluso nas políticas nacionais. É também negar que em Goiás, mesmo de forma não intensa, o poder central sempre esteve presente no ordenamento territorial.

Ponto fulcral nesse debate é a condição dialética dos viajantes que percorrem Goiás durante o século XIX. Por um lado, a atuação dos viajantes é uma prova cabal do não isolamento de Goiás referente ao poder central, pois se tratavam de expedições científicas autorizadas e incentivadas pela coroa portuguesa³. Por outro, o mote da defesa da decadência e do são os seus relatórios de viagens.

De acordo com Chaul (2010, p. 22), tais viajantes “passaram por Goiás com os seus olhos embotados pela realidade europeia, estes conseguiram vislumbrar um aspecto comum: a decadência da capitania”. Viam na decadência uma explicação para “um lugar desprovido de desenvolvimento urbano, alheio ao mundo do capital e do trabalho, carente de progresso”. Na verdade, não lhes interessavam as particularidades de Goiás da época, a qual, hegemonicamente rural, direcionava a existência dos seus habitantes. Estes, instrumentalizados pela simplicidade da relação próxima a natureza e da manutenção das

² Expressão utilizada pela pesquisadora Dra. Lena Castelo Branco (2013) quando se refere ao comando de Portugal em Goiás, mesmo com o seu afastamento quando da crise da mineração.

³ Os viajantes estrangeiros que atravessaram o Brasil no século XIX inserem-se no contexto de abertura do território brasileiro ao conhecimento das outras nações por meio das expedições científicas autorizadas e incentivadas pela coroa portuguesa a partir da vinda da corte para a colônia em 1808. Essas expedições de cunho científico representavam o interesse dos estrangeiros, mas também das autoridades governamentais em promover estudos sistemáticos que revelassem riquezas e potencialidades do novo território, permitindo assim a exploração dos recursos naturais, bem como a descoberta e a catalogação da fauna e da flora para estudos científicos e enriquecimento das coleções dos museus europeus. (LEITÃO 2012, p. 33)

necessidades básicas da existência, eram vistos como bárbaros diante da métrica e da estética urbana europeia.

O mundo rural sedimentou o universo da existência simples do homem do campo, do camponês, do roceiro, do índio. Para Chaul (2010, p. 25), uma “realidade difícil de ser compreendida pelos viajantes europeus”. Na visão dos viajantes essa realidade deveria ser superada pelo avanço da modernidade, a qual, suportada pela industrialização e urbanização fariam com que as cidades iluminassem a escuridão do mundo rural. Situação relatada por Saint- Hilaire (1975).

Tempo virá em que as cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo e então seus habitantes poderão desfrutar de uma vantagem que raramente encontramos na Europa, pois saberão com certeza pelos relatos de alguns viajantes, quais foram as origens de suas cidades, mas também dos seus mais insignificantes povoados. Saint- Hilaire (1975, p. 14).

Essa premissa serviu e serve aos defensores da modernização do campo em Goiás como solução para o atraso pela via da superação deste pelo domínio do urbano. Ideia que remete a crítica de Williams (1989) ao afirmar que o campo é visto como limitado, lugar da ignorância e símbolo do atraso, distante do mundo e alheio à prosperidade. Contrário ao urbano, símbolo do moderno, do avançado. Williams pondera que o equívoco está em considerar que embora o campo e a cidade sejam marcados pela ambiguidade de dois ambientes eles são igualmente complementares, já que testemunham de um mesmo processo histórico.

Evidentemente que munidos do ideário europeu, cosmopolita, capitalista e cristão, tais viajantes já interpelaram os lugares visitados sob o influxo da métrica e da estética predominantes nos ciclos intelectuais dominantes na Europa da época. Mas, apesar disso, é possível divisar brechas nesse olhar informado, ou seja, mesmo não fazendo apologia ao “olhar desinteressado” porque científico, descritivo e objetivo, muitas vezes esse olhar fora de fato surpreendido por realidades que ora “não cabiam”, ora reforçavam a decadência do humano frente à imponência da natureza, em tudo aquilo que presumiam fazer parte das paisagens goianas.

Para Silva (2000), as ambivalências na descrição dos tipos sociais encontrados e contraditórias recomendações e queixas acerca dos costumes dão a tônica dos diários de viagens. Tudo o que não se encaixava no que se antecipava ser o Sertão goiano ganhava as cores do exotismo, mas tais descrições não só reproduziam o olhar eurocêntrico, como também uma desconcertante situação do viajante de não saber conduzir a fricção entre a

identidade europeia, e por extensão das classes dominantes do Brasil e de Goiás do período, e a alteridade que lhe cabia demarcar.

Moradores operosos, queijeiros, vaqueiros, roceiros, amansadores de burro bravo, peões de boiadeiro, benzedores, posteriormente, empreiteiros, estas e outras ocupações e especialidades já servem para desconstruir a ideia de que o sertanejo goiano era indolente. Longe de insistir na crítica já bem elaborada sobre a ideologia e a visão de mundo (natureza, homem americano, cultura etc.) terem informado, formado e enformado o olhar do viajante europeu, é preciso ressaltar que a natureza não privou esse sertanejo do mundo do trabalho, tornando quase que um protótipo do que Monteiro Lobato viria mais tarde a chamar de Jeca-Tatu, ela mesma vai motivar e acudir o par necessidade-criatividade no cotidiano da roça, da fazenda.

Defende-se então, que a ideia de decadência reside na queda da mineração, ou seja, decadência da mineração. Com a atividade agropecuária houve uma reorientação econômica de Goiás. A mineração no período colonial, embora tenha sido importante na formação do território goiano, não teve a mesma força na construção cultural, embora dela tenham restados monumentos históricos em sua maioria esquecidos. Ao contrário da atividade agropecuária que embora de forma diferenciada na atualidade sustentou e sustenta a identidade goiana.

Considerações Finais

O que está posto é que a agropecuária reorientou a formação territorial de Goiás a partir da crise da mineração. Tal formação foi suportada pelos princípios da ruralidade, pela acumulação simples, pelo tempo lento e pela proximidade com a natureza. No entanto, longe de um isolamento, Goiás esteve diretamente ligada às conjunturas político e econômicas do Brasil, assim como, pela dinâmica capitalista mundial da época.

Defende-se que aquele mundo simples testemunhava o modo pelo qual espaço e tempo medeia a formação territorial do Brasil e a de Goiás. A essa altura, aventou-se a necessidade de nos desvencilhar de uma vez por todas da perspectiva que condiciona boa parte da história de Goiás à mística do abandono territorial encampada pela Coroa portuguesa e, herdada pelo Império. O contrário é que se mostra plausível: constituíram-se laços de dominação que, a partir da divisão regional do trabalho, incluíram Goiás na trama colonial premente à consolidação, nos flancos da metrópole e do modo de produção capitalista.

Tal realidade direciona a afirmação de que não se pode concordar totalmente com a tese do isolamento de Goiás. Mesmo simbolicamente, houve sempre uma relação com signos externos, seja de Minas Gerais e de São Paulo, em se tratando do Brasil, ou de Portugal, em se tratando dos externos.

Referências

- BOAVENTURA, Deuza Maria Rodrigues, *Urbanização em Goiás no séc. XVII*. Tese Doutorado em arquitetura - Faculdade de Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás, da construção da decadência da modernidade*. Goiânia: Editora da UCG, 2010.
- ESTEVAM, Luís. *O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2 ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.
- FREITAS, L. C. B. F.; SILVA, N. H. R. A. Fazendas Goianas. *Revista Ateliê Geográfico*. Goiânia-GO, v. 7, n. 3, p. 257-267, dez. 2013.
- FUNES, Eurípedes. *Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária*. Goiânia: Ed. UFG, 1986. (Coleção Teses Universais). (CONSTA 1989)
- LEITÃO, T. M. M. *Abastecimento alimentar na primeira metade do século XIX*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.
- PALACIN, L. MORAES, M. A. de S. *História de Goiás*. Goiânia: UFG, 2008.
- SANTOS, Lucas Maia dos. *A construção do meio técnico-científico em Goiás: relações de trabalho e luta de classes no setor sucro-energético*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Estudos socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- SALLES, G.V.F. de. *Economia e escravidão na capitania de Goiás*. Goiânia: UFG. 1992.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goyas*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SILVA, Wellington Ribeiro da. *Imaginação regional no Brasil do século XIX: viajantes naturalistas europeus e a invenção nacional*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização. In Almeida, Maria Geralda (org). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e social na contemporaneidade*. Goiânia: IESA, 2002. p. 11 – 24
- _____. A evolução Histórica e Geográfica das Fronteiras do Estado de Goiás. In: Gomes, Horieste. *O espaço goiano: abordagens geográficas*. Goiânia, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.
- WILLIAMS, R. *Campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução de P. H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

